Constância
MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ata N.º 03/2018

Data da Sessão Ordinária

27 de abril de 2018

Início

20:30 horas

Termo

23:05 horas

Aos vinte e sete dias, do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta minutos na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Município de Constância, Freguesia e Concelho de Constância, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Constância, a qual foi convocada por Edital com o n.º de registo 8, de doze de Abril de dois mil e dezoito, tendo comparecido os seguintes Deputados Municipais: António Luís Fernandes Mendes, Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Carla Alexandra Pereira Silvério, António Manuel dos Santos Mendes, Isabel Maria Farinha Albino da Costa, Natércio Francisco Canelhas Candeias, Rui Manuel Ferreira, Carmen Dolores Gomes da Silva, Pedro José Lopes Pereira, Rogério Paulo de Sousa Palácio, Filipa Alexandra Rosa Amante Ferreira, Ana Margarida de Oliveira Varino, Vanessa Isabel Nascimento Almeida, Luís Manuel Marques Rodrigues, José Manuel Sequeira da Rita, Ana Luísa Cartaxo Manique, José Manuel Ricardo. ----------

Faltou a esta sessão a Senhora Deputada Maria do Rosário Costa Martins, tendo apresentado justificação.----------

A Câmara Municipal esteve representada pelo Senhor Presidente da CMC, Sérgio Oliveira, pelo Senhor Vice-Presidente, Jorge Pereira e pelas Senhoras Vereadoras Ana Filipa Montalvo, Júlia Amorim e Sónia Varino. Também estiveram presentes, para prestar os esclarecimentos técnicos que porventura fossem necessários, a Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, o Senhor Jorge Heitor, Chefe de Divisão Municipal de Serviços Técnicos e o Senhor Daniel Oliveira, no apoio logístico à Assembleia Municipal, todos funcionários da Autarquia.----------

A Mesa da Assembleia Municipal, que assegurou a condução dos trabalhos foi constituída da seguinte forma: - Presidente – António Luís Fernandes Mendes, Primeira Secretária – Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, Segunda Secretária – Carla Alexandra Pereira Silvério.----------

Verificando-se a existência de quórum o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão.----------

Em seguida iniciou os trabalhos com o Período Antes da Ordem do Dia.----------

No uso da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal solicitou à Senhora Secretária Maria Teresa Braz de Matos Gaspar, para proceder à leitura do Edital que convocou a presente sessão, com a respetiva ordem de trabalhos. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os Senhores Deputados de que não estavam reunidas as condições para analisar o ponto número seis: - "Proposta de delegação de competências nas Juntas de Freguesia", pelo que propôs aos Senhores Deputados que o mesmo fosse retirado e discutido numa próxima Assembleia Municipal. Feita a leitura do

Edital que convocou a presente sessão, o mesmo foi posto a votação, tendo sido aprovado por unanimidade.----------

----------**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra deu a conhecer o expediente que ocorreu entre a última Assembleia e a de hoje, informando que estão duas atas para aprovação: a ata número um, de vinte de seis de janeiro de dois mil e dezoito e a ata número dois, de vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito, solicitando aos Senhores Deputados algumas correções que pretendam ver introduzidas.----------

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU), pediu a palavra para referir que na página oito, da ata número um de dois mil e dezoito, onde se lê: "declaração de voto do Senhor Deputado Rui Ferreira da CDU", deverá ser corrigido para: "declaração de voto da CDU, lida pelo Deputado Rui Ferreira". O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a ata número um iria ser corrigida em conformidade com o solicitado. Posta a votação, a mesma foi aprovada por maioria com duas abstenções, uma do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Margarida da Coutada e outra do Senhor Deputado António Mendes (CDU), ambos por não terem estado presentes na sessão a que a mesma se refere.--------

Em relação à ata número dois, de vinte e três de fevereiro de dois mil e dezoito, o senhor Presidente da Assembleia questionou os Senhores Deputados se pretendiam introduzir alguma correção.----------

A Senhora Deputada Isabel Costa (PS) pediu a palavra para referir que deveria existir uma uniformização na questão das maiúsculas e minúsculas, essencialmente na escrita de nomes próprios.----------

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a ata número dois, de dois mil e dezoito a votação, tendo sido aprovada por unanimidade, com as devidas correções.----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados se pretendiam fazer alguma intervenção neste período de *Antes da Ordem do Dia*.----------

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para apresentar uma Moção, sobre o tema: *"Nova ponte sobre o Rio Tejo em Constância"*.----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a Moção a votação para discussão ao plenário, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.----------

A Senhora Deputada Isabel Costa (PS) pediu a palavra para referir que gostava de ouvir o Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente às diligências feitas sobre o assunto a que faz referência a Moção agora apresentada.----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para responder ao solicitado.----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que em relação à questão em debate pretendia deixar duas notas essenciais: "*Em primeiro lugar, esclarecer que o Presidente da Câmara Municipal não anda em guerra com outros Concelhos. Todos nós sabemos da necessidade de uma nova travessia sobre o Rio Tejo, sendo esta necessidade comprovada por todos nós. Temos três Concelhos pelo menos, que reivindicam a construção de uma nova ponte: Abrantes, Constância e Chamusca. Penso que o caminho a seguir para uma nova travessia do Tejo deve ser concertado entre os Municípios interessados e pela via do diálogo. Já abordei este assunto com dois Deputados do Partido Socialista eleitos por Santarém, transmitindo-lhes a minha insatisfação sobre a resolução que foi apresentada na Assembleia da República, reforçando a ideia de que existem todas as condições politicas para nos sentarmos todos à mesma mesa e tentarmos chegar a um acordo. Tive durante a tarde de hoje, uma conversa com o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Chamusca, que me transmitiu a sua solidariedade com* esta *questão, reforçando a ideia de que se o Governo Central decidir que a ponte deve ser feita em Constância, o mesmo não se oporá a essa decisão. Obviamente que não desistirei da ponte, embora o Senhor Ministro das Infraestruturas tenha referido que só se poderia pensar numa nova travessia sobre o Rio Tejo, para depois de dois mil e vinte e um. De qualquer forma, penso que já perdemos demasiado tempo. O que neste momento solicito à Assembleia Municipal, é que dê um voto de confiança ao Presidente da Câmara Municipal, para iniciar um processo de diálogo junto dos seus colegas Presidentes de Câmara, com o compromisso de na próxima Assembleia Municipal dar conta das diligências efetuadas*".----------

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) referiu que está totalmente de acordo com o que foi dito, ou seja, com o conteúdo da Moção bem como as palavras do Senhor Presidente da Câmara, referindo que por vezes temos dificuldade em perceber algumas atitudes dos nossos políticos, embora também o sejamos, referindo-se à resolução que foi apresentada na Assembleia da República, votada e aprovada por todos os partidos. Estranha a posição da Assembleia da República e dos Deputados, nomeadamente os eleitos pelo Distrito de Santarém que votaram favoravelmente esta resolução. "Conheçam o histórico deste processo", referiu.----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU), para que depois das palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal, se possa pronunciar no sentido de chegarem a um consenso sobre esta matéria.----------

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) referiu que esta Moção vinha reforçar de alguma forma a posição que a Câmara Municipal poderia vir a tomar, porquanto até agora, sempre esteve em primeiro lugar a construção da ponte em Constância e agora surgia a construção

da ponte na Chamusca, esta posição da Assembleia Municipal daria de alguma forma peso às posições da Câmara Municipal de Constância.----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que relativamente ao que o Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) refere, pretendia dar mais duas notas quanto a este assunto: a primeira nota, pelo que lhe foi transmitido, que quem fez força para que esta resolução fosse efetivamente votada, um dos partidos tinha sido o CDS/PP e outro a CDU. A segunda nota, era que o facto de estar a transmitir esta informação que lhe deram, não pretendia melindrar nem ofender ninguém.----------

A Senhora Deputada Isabel Costa (PS) pediu a palavra para referir que da última intervenção que o Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) fez, percebeu que mantêm a *Moção* a votação, e compreendeu das palavras do Senhor Presidente da Câmara Municipal, que estava a pedir um voto de confiança para que este assunto fosse adiado, para poder iniciar um diálogo com os restantes Presidentes de Câmara Municipal envolvidos, confiando na argumentação que iria ser apresentada sobre esta matéria, demonstrativa da necessidade da construção de uma nova ponte em Constância. Resumindo, o que se pretendia era que o assunto fosse adiado e que se depositasse um voto de confiança ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, pelo que propunha que a CDU retirasse a *Moção* e o assunto viesse a ser discutido posteriormente.----------

O Senhor Deputado Rui Ferreira informou que a bancada da CDU retiraria a Moção até junho. Informou ainda que não era correto o Senhor Presidente da Câmara Municipal dizer que foram outros partidos a apresentar a proposta na Assembleia da República, pois, quem tinha apresentado a proposta na Assembleia da República, tinha sido o Bloco de Esquerda, seguido pelo Partido Socialista e pelo CDS. Caso fosse necessário confirmar e explicar o que referiu, o Senhor Deputado António Filipe (PCP), poderia deslocar-se a esta Assembleia Municipal.----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se o Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU), pretender far-lhe-á chegar o texto da resolução que o PCP apresentou na Assembleia da República, bem como de todos os outros.----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que pelo que entendeu do Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU), e da sua bancada, iriam retirar a *Moção* e dar um voto de confiança ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para que até Junho este assunto seja clarificado. Ao que responderam afirmativamente.----------

----------**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**----------

1. Período reservado à intervenção do público;----------
2. Proposta de alteração ao mapa de pessoal para 2018 (1ª alteração) – Para deliberar;---
3. Proposta de Prestação de Contas do exercício de 2017 – Para deliberar;----------

4. Proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2017 – Para deliberar;--------
5. Proposta de revisão aos documentos previsionais para 2018 (2ª revisão orçamental) – Para deliberar;----------
6. Proposta de delegação de competências nas Juntas de Freguesia – Acordos de execução ao abrigo do previsto nos art. 131.º a 133.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – Para deliberar; *(Retirado)* ----------
7. Declaração de recebimentos em atraso a 31.12.2017 – Lei dos compromissos e pagamentos em atraso – Para conhecimento;----------
8. Estatuto do direito de oposição – Relatório de avaliação de 2017 – Para conhecimento;-
9. Apreciação de informação escrita apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do nº 2 do artº 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;----------
10. Outros assuntos de interesse.----------

PONTO 1 - PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o público presente na sala se pretendiam intervir, pedindo a indicação do nome, localidade e assunto.----------

Inscreveram-se os Senhores, Carlos Lopes de Montalvo, Manuel Caldelas de Montalvo, Luís Freire de Santa Margarida da Coutada e Álvaro Alves de Montalvo.----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Carlos Lopes, cujos assuntos foram: - O primeiro assunto, sobre o parque infantil de Montalvo, que como se sabia tinha sido encerrado por motivos de segurança em três de novembro de dois mil e dezassete, pretendia saber para quando a sua reabertura; O segundo assunto, sobre a ETAR da Pereira, tinha sido feita uma candidatura em Dezembro de dois mil e dezassete, gostaria de saber qual o ponto de situação; O terceiro assunto, sobre o Centro Escolar de Santa Margarida da Coutada, pretendia saber se já tinham sido feitas diligências no sentido de apurar a origem dos cheiros e qual a previsão para a reabertura do mesmo.----------

O Senhor Manuel Caldelas, de Montalvo, apresentou a sua insatisfação por não ver resolvido um problema no saneamento básico da sua habitação, sobejamente conhecido pelo executivo camarário.----------

O Senhor Luís Freire, de Santa Margarida da Coutada, informou que a questão que pretendia colocar já tinha sido colocada pelo Senhor Carlos Lopes, pois, foi distribuída uma informação aos Encarregados de Educação dos alunos do Centro Escolar de Santa Margarida da Coutada, como não teve conhecimento da mesma, pretendia saber qual o ponto de situação do Centro Escolar de Santa Margarida da Coutada.----------

O Senhor Álvaro Alves, de Montalvo, informou que trazia uma carta dirigida ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Constância, que passava a ler: "*Boa noite, como Presidente da Casa do Povo de Montalvo, fiquei triste e surpreendido com a forma como o*

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Constância, informou os presentes na cerimónia do 25 de Abril, sobre as futuras obras do Centro de Saúde em Montalvo.---------
A Casa do Povo de Montalvo tem todas as condições para continuar a ter o Centro de Saúde e o Senhor Presidente como responsável pela maioria na Câmara, tem o dever de gastar o dinheiro de todos com justiça. De acordo com pessoas entendidas na matéria, as obras necessárias no edifício são as seguintes:----------
Construção de casa de banho para deficientes, obra relativamente fácil;----------
Troca de gabinetes, gabinete médico por gabinete de secretaria, obra fácil;----------
Segundo o Senhor Presidente, o Senhor Coordenador da Saúde entende não haver condições na Casa do Povo para a continuação do Centro de Saúde. Numa reunião com a presença da Presidente da Assembleia Geral da Casa do Povo de Montalvo, foi dito pelo Senhor Presidente que o Coordenador apontava como uma das falhas a falta de uma sala de esterilização. Faz-nos refletir.----------
A renda paga pelos serviços de saúde à CPM é de 304 euros mensais, com direito a água, eletricidade e empregada de limpeza. Faz-nos pensar, se um Coordenador da Saúde decide ele próprio, onde a Câmara deve gastar o dinheiro. Gostaria que o Senhor Presidente respondesse à Assembleia: - Alguma vez entrou dentro dos gabinetes da secretaria, de enfermagem e médico? Quando o contrato existente for anulado, a Casa do Povo ver-se-á obrigada a despedir a empregada de limpeza, passando então a Direção a executar essa tarefa. Vindo o Senhor do associativismo e sabendo o quanto é difícil o trabalho nas Associações, esperemos que o futuro da nossa Associação não seja uma morte lenta. O Senhor será lembrado nessa altura. Obrigado".----------
O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para responder às questões apresentadas.----------
O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu ao Senhor Carlos Lopes, as questões que colocou de uma forma clara. Relativamente ao parque infantil de Montalvo, como já explicou numa anterior Assembleia Municipal, foi feita uma alteração ao orçamento com vista a efetuar uma candidatura a um financiamento, através do Turismo do Centro ou Turismo de Portugal. O projeto está a ser elaborado para que se possa colocar a candidatura a financiamento para a instalação de um novo equipamento, dado que acaba também por ser um parque de lazer usado por toda a população de Montalvo, em especial a que vive na parte nova, sendo este o ponto de situação. Quanto à ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais) da Pereira, a candidatura veio recusada. No período de audiência prévia foi apresentado o respetivo contraditório. Rebateram-se os argumentos que foram usados para rejeitar a candidatura. Referiu que nesta fase de resposta, teve a colaboração da Associação os Quatro Cantos do Cisne, que ajudou a fundamentar e a

reforçar o contraditório. Aguarda-se que a entidade que gere estes Fundos responda se mantêm a decisão ou a altera e aprova a ETAR na Pereira. Quanto ao Centro Escolar de Santa Margarida da Coutada, aproveitou para responder à questão que o Senhor Luís Freire colocou. O IPT (Instituto Politécnico de Tomar) fez a amostra à qualidade do ar e o que foi na informação aos pais, era que a Câmara Municipal contava ter a situação resolvida até hoje, ou seja, os dados para poder tomar uma decisão mas o IPT não conseguiu ter o relatório pronto. A informação que tinha era que o relatório seria entregue até ao fim da próxima semana. Paralelamente, tinha sido contratada uma empresa privada, que é a *SGS*, que iria também fazer as medições à qualidade do ar. Por indicação do Senhor Delegado de Saúde, foram realizadas análises da água existentes em vários locais. O Senhor Vereador Jorge Pereira, juntamente com alguns trabalhadores do Município, tinham descoberto junto a uma das barreiras do Centro Escolar, uma nascente com água cujo cheiro, era igual ao que se sentia no Centro Escolar. Foi recolhida uma amostra dessa água para análise e enviada à empresa *A.Logos* de Abrantes, da qual a Câmara Municipal é Entidade participativa. Dado que algumas análises não eram feitas diretamente pela *A.Logos,* este serviço tinha de ser subcontratado a uma empresa estrangeira com sede na República Checa, a qual demorava no mínimo dez dias úteis a remeter os resultados. Estavam a aguardar os respetivos resultados para depois tomarem uma decisão.----------
Passando à questão do Senhor Manuel Caldelas, agradeceu o facto de a ter colocado, pretendendo dizer-lhe que já tinham feito diversas reuniões e que já sabia do seu problema ainda antes de ser eleito. Entretanto, esta situação que tinha a ver com a ligação de esgotos e tinha ido para processo judicial, o que estava aqui em questão, era conseguir-se alterar a ligação da habitação do Senhor Manuel Caldelas à rede de saneamento básico, mas para isso, tinham que ter o acordo dos vizinhos. Ele próprio e o Senhor Vereador Jorge Pereira, já tinham falado com o representante dos vizinhos e existia a possibilidade de chegarem a um entendimento, evitando assim a ida a audiência de julgamento. A posição do executivo era chegar a um acordo, evitando o respetivo julgamento.----------
Relativamente às questões que o Senhor Álvaro Alves colocou, como Presidente da Casa do Povo de Montalvo, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, informou que a Extensão de Saúde de Montalvo não era reaberta na Casa do Povo, não por sua vontade. Quando iniciou esse debate com o Dr. Novais Tavares (Coordenador das Unidades de Saúde) e com a Dr.ª. Sofia Triaga (Diretora do Agrupamento de Centros de Saúde), e depois de ter o apoio das instituições, foi pedida uma reunião à Senhora Secretária de Estado da Saúde e nessa reunião, esteve também presente o Presidente da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, Dr. Luís Pisco. Nessa reunião foi confrontado com o seguinte: tinha duas opções, ou insistia que a Extensão de Saúde era na Casa do Povo, e aí a mesma não era viável e a população

não tinha o caso resolvido, ou a solução de procurar uma alternativa que fosse aceite pelo Ministério da Saúde, para assim, resolver o problema à população de Montalvo.----------

PONTO 2 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL PARA 2018 (1ª. Alteração);----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para a apresentação deste ponto:----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que esta alteração ao mapa de pessoal deve-se a três fatores fundamentais: por um lado, à regularização da situação dos precários do Estado, dado ter saído legislação nesse sentido, por outro lado, à situação da integração no mapa de pessoal do Município de sete Assistentes Operacionais, contratados através do recurso à reserva de recrutamento de um procedimento de concurso que vinha do mandato anterior. Para além destas duas situações, foi também essencial adaptar algumas necessidades dos serviços. Foi também necessário fazer algumas retificações a lugares no mapa de pessoal que mencionavam "providos" e não estavam.----------

E não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por maioria, com doze votos a favor da bancada do PS, quatro abstenções da bancada da CDU e uma abstenção do MIC.----------

PONTO 3 – PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCICIO DE 2017--------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação deste ponto:----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir que relativamente à prestação de contas do ano de dois mil e dezassete, o resultado líquido do exercício eram cinquenta mil euros, porque tinha sido necessário fazer um conjunto de amortizações de equipamentos, os quais ainda não tinham sido amortizados. Transitou de dois mil e dezassete para dois mil e dezoito, um volume de pagamentos considerável que se ficou a dever ao fato de no final do ano, se pagar uma fatura do Centro Escolar de Montalvo no montante de cerca de duzentos mil euros, e a liquidação de cento e cinquenta mil euros, relativos às obras feitas em julho e agosto, nomeadamente a colocação de tapetes em algumas estradas e colocação dos respetivos *rails* de proteção, pelo que, o Município teve de reter algumas faturas para poder liquidar as faturas dessas situações. Também informou que a situação melhorou e já se procedeu ao pagamento da totalidade.----------

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para informar que os eleitos da CDU iriam apresentar uma declaração de voto. *(Fica anexada a esta ata, como* ***Anexo I,*** *e dela faz parte integrante*).----------

A Senhora Deputada Isabel Costa (PS), no uso da palavra pediu um esclarecimento,

colocando para o efeito duas questões: no ponto de comentários de contas, balanço e demonstração de resultados, cujos conteúdos não sendo comparáveis com os do exercício anterior, foi dada a explicação que não se poderiam comparar com os anos anteriores, porque tinha sido feita esta regularização com a passagem de imobilizado em curso com imobilizado incorpóreo, sendo continuada no ano de dois mil e dezoito. Qual o motivo pelo que foi feito este ano e qual a razão desta regularização? Outra questão tinha a ver com o ponto seguinte, onde eram feitos lançamentos de regularização ao nível das amortizações acumuladas. Tudo o que era apresentado como amortizações dos sucessivos anos em que todos estes valores calculados seriam valores que teriam que ser diminuídos aos respetivos resultados líquidos de cada exercício. Questionando o porquê de só agora ser feito?----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, solicitou à Senhora Marisa Figueiredo, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, que preste os esclarecimentos necessários à Senhora Deputada Isabel Costa (PS).----------

No uso da palavra, a Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, esclareceu que o raciocínio da Senhora Deputada estava correto, tendo dado os esclarecimentos devidos.--

E não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.----------

PONTO 4 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO DE 2017;----------

Não havendo intervenções sobre este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.----------

PONTO 5 - PROPOSTA DE REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2018 (2.ª REVISÃO ORÇAMENTAL);----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação da proposta.----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra referiu que algumas rúbricas de despesa corrente verificadas no orçamento eram insuficientes, e por esse facto, tiveram de ser reforçadas.----------

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) observou que é absolutamente normal aquilo que o Senhor Presidente da Câmara referiu, mas já não eram tão normais os valores envolvidos. Ou as rubricas foram suborçamentadas e com certeza que sabiam o valor que anualmente era pago à entidade EDP, ou então, não tinham verbas e já pensavam ao longo do ano fazer esta" habilidade" sendo que, reforçar a eletricidade das instalações com cento e nove mil euros e a iluminação pública com cento e três mil euros, não era nada normal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra referiu que não houve

suborçamentação. Podiam aplicar o valor em despesa de capital e a meio do ano aparecer com esta alteração orçamental, mas, para mais pormenores solicitou à Chefe da Divisão Administrativa e Financeira que explicasse ao Senhor Deputado António Mendes, a questão apresentada.----------

A Chefe da Divisão Administrativa e Financeira esclareceu o que se verificou sobre esta matéria. Duas situações poderiam ter acontecido no final do ano, ou se pagava despesa corrente ou se pagava despesa de capital, como não existiam valores suficientes em tesouraria, porque havia um valor de financiamento da obra do Centro Escolar de Montalvo, que previam receber até final do ano e não receberam, (para além disso, esse empréstimo do Centro Escolar também atrasou, porque o Tribunal de Contas colocou imensas questões para aprovação e portanto, tinham quatrocentos mil euros que previam arrecadar ainda em dois mil e dezassete), a opção política foi pagar uma fatura de capital do Centro Escolar, e daí transitar um maior volume de dívida corrente.----------

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) voltou a pedir a palavra, referindo que ficou esclarecido mas não concordava. Se tínhamos um determinado saldo e se foi hipotecado ao pagamento da fatura do Centro Escolar no valor de duzentos e tal mil euros, e o dinheiro do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) só veio mais tarde, por consequência, deixou de se pagar a iluminação pública e o consumo de energia. O que lhe despertava alguma perplexidade eram os valores envolvidos, mas pela explicação que foi dada, tinha entendido perfeitamente.----------

Não havendo mais intervenções sobre este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou este ponto a votação, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.-------

PONTO 7 - DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO A 31.12.2017 – LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO – PARA CONHECIMENTO;----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentar este ponto.----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que os Senhores Deputados tinham em seu poder o documento, onde estava toda a informação relacionada com este ponto da ordem de trabalhos.----------

Não havendo questões, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.----------

PONTO 8 - ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2017 – PARA CONHECIMENTO;----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentar o documento.----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que os Senhores Deputados tinham em

seu poder o documento e que o executivo tinha uma postura de prestar todas as informações solicitadas. Também tinham sido colocadas no *site* do Município, um conjunto de informações que deveriam ser facultadas aos cidadãos. Além disso, reforçava total disponibilidade para revelar todo o tipo de documentação e prestar todos os esclarecimentos que achassem necessários, numa gestão transparente e aberta a todos.

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) referiu que não recebeu a documentação relativa a este ponto.----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que não tendo sido entregue a documentação relativa a este ponto, propunha que o mesmo deveria ser retirado e discutido numa próxima Assembleia Municipal ou, como não havendo deliberação em concreto, enviar a documentação posteriormente.----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs que os técnicos da Câmara Municipal enviem a documentação aos Senhores Deputados, para que na próxima sessão da Assembleia Municipal, caso o entendam, apresentarem alguma questão relacionada com este assunto.----------

PONTO 9 - APRECIAÇÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; ----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a apresentação do documento. ----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por referir, que o documento inclui o resumo das reuniões que foram mantidas pelo Presidente da Câmara Municipal e pelos Senhores Vereadores da maioria. Tem a informação financeira e estava ao dispor dos Senhores Deputados para as questões que queiram colocar.----------

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra, referindo que já em sessões anteriores referiram a relevância desta informação, no entanto, gostariam de ter conhecimento dos assuntos abordados nas reuniões em que o Senhor Presidente de Câmara Municipal e os Senhores Vereadores estiveram presentes. Não existia uniformidade na informação dada sobre as reuniões, dado que, em algumas situações têm o assunto e outras não. Tinha interesse em saber o que foi tratado numa reunião com o representante das *Infraestruturas de Portugal* e que as barreiras sonoras da A23 eram um problema existente há muitos anos. Outra situação da qual tinha dúvidas, era sobre a informação da Senhora Vereadora e do Senhor Vice-presidente, referirem reunião do Conselho Geral de Educação AEC, pelo que pensava não ser Conselho Geral, mas Conselho do Agrupamento de Escolas. Outro assunto era a elaboração do Anteprojeto de Arquitetura e Paisagismo, para a beneficiação do PASM (Parque Ambiental de Santa

Margarida) e a elaboração do Anteprojeto de Arquitetura e Paisagismo para a requalificação do Parque de Lazer de Montalvo, questionando se confirmavam que estes dois mil novecentos e cinquenta euros, mais IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado) eram de facto para o Anteprojeto e não para o Projeto.----------

O Senhor Deputado António Mendes (CDU) pediu a palavra, para apresentar um assunto que também estava relacionado com uma referência no documento feita à *Sociedade Parque do Almourol,* solicitando ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, como aliás já tinha feito no passado aos antecessores colegas, que em virtude das funções que exerceu na Autarquia, umas por inerência, outras por nomeação, outras por eleição, o favor de interceder junto das finanças ou no âmbito da Sociedade Parque Almourol a que o município está ligado, para que o seu nome seja retirado como administrador.----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, prestou os seguintes esclarecimentos: em relação às questões do Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU), informou que na reunião com as *Infraestruturas de Portugal*, foram abordados diversos assuntos relacionados com a degradação de algumas Estradas Nacionais. Quanto à questão do Anteprojeto e do valor, neste momento não sabia precisar se a verba era para o Anteprojeto se para o projeto, pelo que faria chegar a informação por escrito. Relativamente à questão que o Senhor Deputado António Mendes (CDU) colocou, desconhecia que ainda estava como sujeito intersubjetivo no *site* das finanças. Iria desencadear o processo para retirar o seu nome e tentar resolver esse problema, de qualquer forma, era uma situação difícil de resolver de forma definitiva, dado existir um espaço no Concelho da Chamusca por resolver, razão pela qual ainda não foi extinta esta sociedade falida.----------

PONTO 10 - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE.----------

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou o plenário, se pretendiam fazer alguma intervenção.----------

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra dizendo que gostaria de saber quais os pontos de situação sobre os eucaliptos na Rua da Arroçada, sobre o Centro de Saúde de Montalvo e sobre o Centro Escolar de Santa Margarida da Coutada. Também referiu que nas festas do Concelho, durante os espetáculos à noite estava bastante gente o que não aconteceu durante o dia. Houve no seu entender coisas positivas, nomeadamente a organização da procissão, o envolvimento das pessoas e o paradigma que se manteve. A mudança das tasquinhas não foi benéfica, a tenda jovem era demasiado pequena e as cozinhas das tasquinhas não tinham condições. Quanto ao pagamento das festas, soube pela Vereação, que no dia seguinte foram pagos cento e dezasseis mil euros. Nas duas rúbricas que vieram à Assembleia Municipal, o valor a pagar era de noventa mil

euros, o que se traduz num acréscimo de vinte e seis mil euros, pelo que, esta diferença deve ser justificada, questionando o porquê da *Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso* não ser aplicada, porque existiam certamente mais despesas das festas por pagar, nomeadamente a Agentes do Concelho e aparecerem faturas da *Solinca* a noventa dias, outra da Rodoviária a cento e vinte dias, pelo que questionou se não se aplicava nesta situação a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso?----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, em resposta prestou os seguintes esclarecimentos: ao Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU), no que diz respeito aos Eucaliptos da rua da Arroçada, informou que o proprietário foi notificado. Relativamente ao Centro de Saúde de Montalvo, não tinha mais nada a acrescentar ao que já falou sobre essa matéria. Quanto ao Centro Escolar de Santa Margarida da Coutada, informou que não ia falar mais sobre aquilo que foi feito. A Câmara Municipal estava focada na resolução do problema que existe no Centro Escolar de Santa Margarida da Coutada, com o apoio do IPT (Instituto Politécnico de Tomar), da empresa que foi contratada e com os serviços técnicos da Câmara Municipal. Em relação às Festas do Concelho, no balanço que foi efetuado sobre as mesmas, foram apresentadas pelas Associações um conjunto de questões a nível de movimentos financeiros. A única Associação que apresentou algum lamento foi a Associação Filarmónica, porque obtiveram menos mil euros, que supunha ser de lucro e não de movimento. Foi elaborado um plano de segurança das festas que envolveu os Bombeiros, a GNR e o Gabinete de Proteção Civil, devidamente organizado. Relativamente à Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e ao pagamento que foi feito à empresa das tendas e das bandas e a questão de serem ressarcidas de imediato as faturas da festa, era uma questão de gestão. A lei dos Compromissos e Pagamentos não impedia que quem está a gerir uma Instituição Pública tome esta decisão, e a ordem que existia nos serviços financeiros, era de que qualquer fatura dum agente do Concelho tivesse prioridade. As Associações e os Comerciantes que tinham enviado as faturas, referentes às refeições servidas, foram de imediato liquidadas.----------

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Montalvo pediu a palavra para apresentar a seguinte questão: a situação que está a atravessar o Concelho de Constância, principalmente a Freguesia de Montalvo, relativamente aos transportes públicos, devido à redução drástica das carreiras, estava a afligir a população de Montalvo. Pensava que o Senhor Presidente da Câmara Municipal estava informado da situação e já tinha feito algumas diligências sobre esse assunto, o que agradecia. Referiu igualmente ser um assunto muito complicado para a população de Montalvo se deslocar a Constância ou outros destinos para tratarem dos seus assuntos.----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal informou que tinha conhecimento dessa

situação. Já tinha trocado um telefonema com a Rodoviária, onde a justificação incidiu sobre a existência de um decréscimo de passageiros e iria no imediato confrontar por escrito a Rodoviária, pedindo as necessárias explicações sobre esta situação.----------

O Senhor Deputado Rui Ferreira (CDU) pediu a palavra para questionar mais uma vez se a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso está a ser cumprida.----------

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou o Senhor Deputado que a lei está a ser cumprida.----------

Não havendo mais intervenções, passou-se à leitura da minuta da ata, que em seguida, se colocou à votação.----------

----------**APROVAÇÃO EM MINUTA**----------

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de Setembro, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta, para que as deliberações nela constante possam produzir efeitos imediatos. ----------

----------**ENCERRAMENTO**----------

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão pelas vinte e três horas e cinco minutos.----------

A presente Ata foi redigida, na sua versão inicial, pelos Secretários da Assembleia Municipal.----------

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente Ata a qual irá ser assinada pela Mesa da Assembleia Municipal. ----------

O Presidente

O 1º Secretário

O 2ºSecretário

ANEXO I

"Declaração de voto

Prestação de contas do exercício de 2017

A análise feita pelos eleitos da bancada da CDU da Assembleia Municipal leva a concluir que, embora a receita arrecadada pelo município tenha aumentado em cerca de 700 000€ relativamente ao ano de 2016, as verbas para a gestão do município continuam a ser reduzidas para responder ao que deve ser feito em melhorias em prol da qualidade de vida dos munícipes.

Salientamos e saudamos a forma clara e objetiva como foram elaborados os documentos em causa e deixamos o nosso reconhecimento a todos quanto participaram na sua elaboração.

Verifica-se que as transferências do Orçamento de Estado, que continuam a ser a principal receita do Município, tem conseguido suportar as despesas correntes através das receitas correntes continuando a verificar-se uma poupança através da transferência de receita corrente para despesa de capital o que por si só anuncia uma gestão eficiente.

A previsão da receita versus execução da receita confirma uma % de execução superior a 85 %.

A taxa de execução da despesa total foi superior a 80%.

A taxa de execução das Grandes Opções do Plano (GOP) foi no respeitante ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) de 70% e superior a 80% nas Atividades mais Relevantes (AMR).

Continuou a redução da dívida no valor total de 462 736.57€

A renegociação de alguns empréstimos levou a uma poupança de 45 000€.

Mantém-se a ausência de pagamentos em atraso.

O resultado líquido positivo do exercício foi de 226 207.52€, sendo a poupança realizada no valor de 868 122.25€.

Estes números plasmados no relatório de contas contrariam de forma categórica o que a maioria na Câmara Municipal, de forma nada séria, diga-se, pôs a circular de que não existia dinheiro porque ficaram com muitas dívidas.

Em face do exposto e do parecer do Revisor Oficial de contas o voto dos eleitos da CDU – Coligação Democrática Unitária é obviamente a favor da aprovação do Relatório de Prestação de Contas Relativo ao ano de 2017.

Os eleitos da CDU.

Constância, 27 de Abril d 2018."